

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2023 e 2022. Colocamo-nos à disposição dos senhores cotistas para esclarecimentos porventura necessários. Uberlândia, 07 de maio 2024.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA III S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	2.585	2
Clientes	5	269	-
Tributos a recuperar	7	32	2
Adiantamentos a fornecedores	6	81	225
Total do circulante		2.967	229
Não circulante			
Imobilizado	9	21.808	18.070
Intangível	10	1.314	170
Total do não circulante		23.122	18.240
Total do ativo		26.089	18.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA III S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	280	1.549
Debêntures	13	1.794	-
Arrendamentos operacionais	14	63	-
Impostos e contribuições sociais	15	63	45
Adiantamento de clientes	16	-	1.305
Folha de pagamento		14	-
Outros passivos		494	-
Total do circulante		2.708	2.899
Não circulante			
Debêntures	13	6.113	9.158
Arrendamentos operacionais	14	490	-
Total do não circulante		6.603	9.158
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	21.004	3.768
Prejuízos acumulados		(7.274)	(6.058)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	3.048	8.702
Total do patrimônio líquido		16.778	6.412
Total do passivo e patrimônio líquido		26.089	18.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2. Demonstração do Resultado

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA III S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	18	343	-
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	19	(23)	-
Lucro bruto		320	-
Despesas gerais e administrativas	19	(382)	(835)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(62)	(835)
Despesas financeiras	20	(1.121)	(1.351)
Despesas financeiras líquidas		(1.121)	(1.351)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(1.183)	(2.186)
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(33)	-
(Prejuízo) do exercício		(1.216)	(2.186)
(Prejuízo) básico por ação - R\$	21	(0,06)	(0,58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. Demonstração de Resultado Abrangente:

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA III S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro (prejuízo) do exercício	21	(1.216)	(2.186)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		(1.216)	(2.186)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA III
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO S/A
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.650	-	(3.872)	4.429	3.207
Aumento de capital social		1.118	-	-	-	1.118
Prejuízo do exercício		-	-	(2.186)	-	(2.186)
Adiantamento para futuro aumemnto de capital		-	-	-	4.273	4.273
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado pelos auditores indepentes)		3.768	-	(6.058)	8.702	6.412
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	5.239	5.239
Aumento de capital conforme AGE do dia 01 de novembro de 2023	17	17.236	-	-	(10.893)	6.343
Prejuízo do exercício		-	-	(1.216)	-	(1.216)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		21.004	-	(7.274)	3.048	16.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4. Demonstração do Valor Adicionado:

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA III S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de locação de equipamentos e prestação de serviços	18	357	-
		357	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Serviços de terceiros	19	(229)	(74)
Outros custos operacionais	19	(68)	(669)
		(297)	(743)
Valor adicionado bruto			
Depreciação e amortização	19	(15)	(13)
		45	(756)
Valor adicionado líquido produzido			
Valor adicionado recebido em transferência			
Valor adicionado total a distribuir			
		45	(756)
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		47	-
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	20	1.121	1.351
Aluguéis	19	93	79
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízos acumulados		(1.216)	(2.186)
		45	(756)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração do Fluxo de Caixa:

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA III S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		(1.216)	(2.186)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	33	-
Despesas (receitas) com juros, variações monetárias - líquidas		1.026	1.289
Depreciação e amortização	19	15	13
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de clientes		(269)	-
(Aumento) de tributos a recuperar		(30)	-
Diminuição de adiantamento a fornecedores		-	267
Diminuição de outros créditos		144	-
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de fornecedores		(1.269)	722
(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais		(15)	32
Aumento de partes relacionadas		-	1.266
Aumento de salários a pagar		14	-
(Diminuição) de adiantamento de clientes		(1.305)	-
Aumento de outras contas a pagar		494	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais		(2.378)	1.403
Atividades de investimentos			
Aplicações no imobilizado e intangível	09 e 10	(4.897)	(4.610)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(4.897)	(4.610)
Atividades de financiamento			
Pagamentos de debentures - principal e juros	13	(2.277)	(2.195)
Pagamento arrendamento mercantil	18	553	-
Aumento de capital		6.343	1.118
Adiantamento para futuro aumento de capital		5.239	4.273
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		9.858	3.196
Variação líquida do caixa		2.583	(11)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	2	13
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	2.585	2
Variação líquida do caixa		2.583	(11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Reenergisa Geração Fotovoltaica III S.A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Reenergisa Geração Fotovoltaica III (“Reenergisa III” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, possui sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Avenida Maria Silva Garcia, Granja Marileusa, na qual tem por objetivo específico desenvolver, implantar e explorar uma usina solar de até 2,5 MWP (megawatt pico) (“Usina Solar”), no município de Itaobim, Estado de Minas Gerais. A exploração da usina solar é realizada através de locação a terceiros de equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia solar fotovoltaica.

Em 28 de janeiro de 2022 a controladora Alsol Energias Renováveis S/A (“Alsol”) celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças, por meio do qual se tornou titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes companhias: SPE Vision Solar I Ltda, Vision Francisco Sá SPE S/A, Vision Itaobim SPE S/A, UFV Vision IV Curvelo S/A, SPE Vision V Almenara Ltda, UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda, SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda, Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.

Em 01 de novembro de 2023, a Vision Sistemas Ltda, de maneira irrevogável e irretroatável, consentiu com a subscrição e integralização pela ALSOL das ações nominativas ordinárias da Vision Itaobim SPE S/A.

A Companhia teve a denominação social alterada de Vision Itaobim SPE S/A para Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A, conforme arquivamento na junta comercial em 14 de novembro de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e demais normas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07 de maio de 2024.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 22.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização

em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 5 - Clientes;
- II. Nota explicativa nº 9 - Imobilizado
- III. Nota explicativa nº 18 - Receita operacional líquida.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a) **Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3;
- Clientes - nota explicativa nº 5; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - nota explicativa nº 22.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) **Clientes** - referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

d) **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado (nota explicativa nº 9).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

e) **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com

objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

f) Imposto de renda e contribuição social - a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

A alíquota de presunção é de 32%. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita,

o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 2023, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

g) Provisões - são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;

h) Receita operacional - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Companhia somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de locação de usinas fotovoltaicas, é reconhecida mensalmente com base no valor das faturas de locação emitidas e enviadas aos clientes finais. É feito um cálculo sobre a geração de créditos de energia da usina no mês e as faturas são calculadas com base em um percentual de cada cliente consome na usina conectada.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulante - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

j) Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and leaseback”	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

Descrição	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	2.585	2
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	2.585	2

5. Clientes

Descrição	2023
Contas a receber de clientes	107
Consórcio Alsolar	162
Total - Circulante	269

6. Adiantamento a Fornecedores

	2023	2022
Damilly Iwllv Santos	-	44
SS Engenharia e Locação Ltda	-	58
Chaves Material de Construção Ltda	-	23
MLE Comércio de Aço	-	20
Indústria de Transformadores Itaipu	-	14
Renovagy Brasil Energis Controle Sistemas	80	-
Outros	1	66
Total - Circulante	81	225

7. Tributos a recuperar

Descrição	2023	2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2	-
ISS a Recuperar	24	-
Encargos Sociais	6	-
Outros	-	2
Total - circulante	32	2

8. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme demonstração seguinte:

	2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas:		
Locação de equipamentos e prestação de serviços	357	357
Alíquotas	32%	32%
Base de cálculo total	114	114
Alíquota	15%	9%
IRPJ e CSLL	17	11
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	5	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	22	11

9. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Imobilizado	Saldos em 2022	Adições	Saldos em 2023
Imobilizado em curso	18.070	3.738	21.808
Total do Imobilizado	18.070	3.738	21.808

Imobilizado	Saldos em 2021	Adições	Saldos em 2022
Imobilizado em curso	13.460	4.610	18.070
Total do Imobilizado	13.460	4.610	18.070

10. Intangível

	2023	2022
Intangível - softwares	760	170
Intangível - direito de uso	554	-
Total	1.314	170

Intangível - Software e outros

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2022	Adição	Amortização	Saldos em 2023
Em serviço					
Custo	6,50%	200	-	-	200
Amortização Acumulada		(30)	-	(13)	(43)
Em Curso		-	603	-	603
Total		170	603	(13)	760

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
Em serviço				
Custo	6,50%	200	-	200
Amortização Acumulada		(17)	(13)	(30)
Total		183	(13)	170

Intangível - Direito de Uso

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2022	Adição	Amortização	Saldos em 2023
Direito de Uso					
Custo	2,16%	-	556	-	556
Amortização Acumulada		-	-	(2)	(2)
Total		-	556	(2)	554

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A (100,0% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Larasol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARASOL	Geração distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda;	REENERGISA I	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLAWSOLAR	Geração distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração distribuída

A Alsol Energias Renováveis S/A é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário das seguintes sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora a Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A;	EGCS-RP2	Parque Solar

	Sigla	Ramo de atividade
<ul style="list-style-type: none"> Energisa Transmissão de Energia S/A; Voltz Capital S/A; Alsol Energias Renováveis S/A; Energisa Biogás S/A.; Energisa Distribuição de Gás S/A; e Energisa Participações Nordeste S/A. 	ETE VOLTZ ALSOL EBG EDG EPN	Holding Serviços Holding e Geração Distribuída Holding Holding Holding
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
<ul style="list-style-type: none"> Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A; Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A; Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A; Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A; Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A; Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A; Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A; Gemini Energy S/A; Nova Gemini Transmissão de Energia S/A; Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A; Energisa Transmissão de Energia IV S/A; Energisa Transmissão de Energia V S/A; Energisa Transmissão de Energia VII S/A; Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e Energisa Transmissão de Energia IX S/A. 	EPA I EGO I EPA II ETT EAM ETT II EPTE EAP GEMINI NOVA GEMINI EAM II ETE IV ETE V ETE VII ETE VIII ETE IX	Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia Holding Holding Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
<ul style="list-style-type: none"> Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A; Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A; Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A; Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda. 	LMTE LXTE LTTE LITE POMTE	Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia Transmissão de energia Serviços
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
<ul style="list-style-type: none"> Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A; Multi Energisa Serviços S/A; Rede Power do Brasil S/A; Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e QMRA Participações S/A. 	EMT EMS ETO ESS MULTIENERGISA REDE POWER CTCE QMRA	Distribuição de energia Distribuição de energia Distribuição de energia Distribuição de energia Serviços Holding Comercialização de energia Holding
Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:		
<ul style="list-style-type: none"> Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A. 	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
<ul style="list-style-type: none"> Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A 	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
<ul style="list-style-type: none"> Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS 	ES GÁS	Distribuição de gás natural

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
ALSOL	(3.048)
2023	(3.048)
2022	(8.702)

⁽¹⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

12. Fornecedores

	2023	2022
Serviços e Materiais	280	1.549
Total - Circulante	280	1.549

13. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado - Pós fixado					
IPCA	9.158	(1.629)	(648)	1.026	7.907
Total do custo	9.158	(1.629)	(648)	1.026	7.907
Circulante	-				1.794
Não circulante	9.158				6.113

	Saldos em 2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado Pós fixado					
IPCA	10.064	(1.460)	(735)	1.289	9.158
Total do custo	10.064	(1.460)	(735)	1.289	9.158
Não circulante	10.064				9.158

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros	Garantia ⁽¹⁾	Covenants
	2023	2022								
Debentures 1ª Emissão	7.907	9.158	31/07/2020	9.250 / 9.250	IPCA + 7,79% a.a.	jul/28	Mensal a partir de nov/23	12,41%	F+R	NA
TOTAL	7.907	9.158								

⁽¹⁾ F + R = Fiança e Recebíveis

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

Em 2023, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Vencimento
2025	1.706
2026	1.706
2027	1.706
2028	995
Total	6.113

14. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2022	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2023
Arrendamentos operacionais							
Terrenos	25	11,05%	-	556	(8)	5	553
Total			-	556	(8)	5	553
Circulante			-				63
Não circulante			-				490

Em 31 de dezembro de 2023, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	63
2026	63
2027	63
2028	63
2029	63
Após 2030	175
Total	490

15. Impostos e contribuições sociais

Descrição	2023	2022
Contribuições ao PIS e a COFINS	12	13
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	22	-
Impostos sobre Serviços - ISS	7	5
Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta - CPRB	10	23
Contribuição social s/o lucro - CSLL	11	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1	4
Total - circulante	63	45

16. Adiantamento

Descrição	2022
Alsol Energias Renováveis S.A. ⁽¹⁾	1.118
Julio de Paula Kierulff	185
Outros	2
Total - circulante	1.305

⁽¹⁾ O saldo mantido junto a Alsol (antes da transferência do controle) no montante de R\$1.118 em 2022, relacionado a empréstimo a ser utilizado exclusivamente para finalizar a construção da usina fotovoltaica pela Companhia, com opção do valor ser conversível em participação societária.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$21.004 (R\$3.768 em 2022) e está representado por 7.285.936 (3.768 em 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de novembro de 2023 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$17.236, mediante a emissão de 3.517.750 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$4,90 por ação, passando o capital de R\$3.768 para R\$21.004.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas da seguinte forma: 2.223.024 ações são subscritas pela acionista Vision Sistemas Ltda. e 1.294.546 ações são subscritas, em moeda corrente, pela Alsol Energisa Renováveis S.A.

A Vision Sistemas Ltda., neste ato, de maneira irrevogável e irrevogável, consente com a subscrição e integralização pela Alsol Energia Renováveis S.A. as ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ora emitidas pela Companhia e renuncia expressamente, ao seu direito de preferência na subscrição das referidas ações.

18. Receita Operacional Líquida

Descrição	2023
Receita operacional bruta	
Locação de Equipamentos	357
Deduções à receita operacional	
PIS	(2)
COFINS	(12)
Total das deduções à receita operacional	(14)
Receita operacional líquida	343

19. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço	Despesas Operacionais	Total	
	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2023	2022
Serviços de terceiros	23	206	229	74
Depreciação e amortização	-	15	15	13
Custo com Aluguel	-	93	93	79
Custo com Cemig	-	-	-	591
Outras	-	68	68	78
Total	23	382	405	835

20. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2023	2022
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas - juros	(1.026)	(1.289)
Juros/Multas pagos	(12)	(12)
Despesas Bancárias	(30)	(1)
Outras despesas financeiras	(53)	(49)
Total despesa financeira	(1.121)	(1.351)
Despesas financeiras líquidas	(1.121)	(1.351)

21. Prejuízo por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

	2023	2022
(Prejuízo) do exercício	(1.216)	(2.186)
Média ponderada das ações	21.004	3.768
(Prejuízo) básico por ação em Reais - R\$ ⁽¹⁾	(0,06)	(0,58)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	2023		2022	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	2.585	2.585	2	2
Clientes	269	269	-	-
	2.854	2.854	2	2

	2023		2022	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos				
Custo amortizado				
Fornecedores	280	280	1.549	1.549
Arrendamentos Operacionais	553	553	-	-
Debêntures	7.907	7.801	9.158	9.158
	8.740	8.634	10.707	10.707

Administração financeira de risco

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da controladora indireta Energisa S/A) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Dívida ⁽¹⁾	7.907	9.158
Caixa e equivalentes de caixa	(2.585)	(2)
Dívida líquida	5.322	9.156
Patrimônio líquido ⁽²⁾	16.778	6.412
Índice de endividamento líquido	0,32	1,43

⁽¹⁾ A dívida é definida como debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

⁽²⁾ O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Fornecedores		280	-	-	-	280
Debêntures	13,02%	1.316	1.221	4.582	3.428	10.547
Total		1.596	1.221	4.582	3.428	10.827

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber de clientes relativos às transações de venda de sistema fotovoltaico, prestação de serviços e locação, sendo esse risco administrado através de rigoroso processo de análise da carteira de clientes.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2023	2022
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	4	2.585	2
Clientes	5	269	-

c) Risco da taxa de juros

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos e em função de não ter passivos indexados à taxa de juros variável, a sua oscilação não deteriora o resultado da Companhia.

a) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	Alta CDI	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(7.907)	Alta IPCA	(365)	(456)	(548)
Subtotal	(7.907)		(365)	(456)	(548)
Total - (Perdas)	(7.905)		(365)	(456)	(548)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023, IPCA 4,62%.

23. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

24. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2023	2022
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	9.820	4.273

Diretoria Executiva

Roberta Gonçalves de Godoi
Diretora Presidente

Gustavo Malagoli Buiatti
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia

Erick Domingues Alencar
Diretor Administrativo-Financeiro

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/O-0
CPF n° 091.305.627-8